



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

Consulta Prévia

**Aquisição de Serviços para Manutenção e Reparação de Estruturas e Superestruturas  
de Máquina e Viaturas da CMF 2024/2025**

Referência de Procedimento n.º 70/DMIE/DGF/2024

**Caderno de Encargos**



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

### **Cláusula 1.ª**

#### **Objeto**

1- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas de cumprimento obrigatório para ambas as partes na sequência do procedimento pré-contratual que por objeto principal Aquisição de Serviços para Manutenção e Reparação de Estruturas e Superestruturas de Máquinas e Viaturas da CMF 2024/2025, de acordo com as quantidades e características constantes no Anexo técnico e Anexo II Mapa de Quantidades deste Caderno de Encargos.

2- O Objeto do contrato a celebrar está classificado com o código do vocabulário comum para os Contratos Públicos (CPV) **50110000-9 Serviços de reparação e manutenção de veículos e equipamentos afim** de acordo com o Regulamento (CE) n.º [213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007](#), publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

3- As especificações técnicas e respetivas características estão descritas no anexo identificado como "Anexo Técnico" que faz parte integrante deste Caderno de Encargos.

4- As quantidades presentes a concurso estão indicadas na lista anexo ao Caderno de Encargos e identificado como Anexo II- Mapa de Quantidades, devendo ser considerado como meros indicadores de previsão podendo ser alterados para mais ou para menos, desde que não se esgote o valor total adjudicado.

### **Cláusula 2.ª**

#### **Contrato**

- 1- Está sujeito a contrato escrito;
- 2- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual;
- 3- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

- a) os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) o presente Caderno de Encargos;
  - d) a proposta adjudicada;
  - e) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;
- 5- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**Cláusula 3.ª**

**Prazo de execução**

O contrato terá início com a sua celebração e mantém-se em vigor pelo prazo de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, cessando com o fim do prazo de execução, ou se tiver atingido o valor total do contrato, caso este ocorra antes daquele prazo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

**Cláusula 4.ª**

**Obrigações principais do adjudicatário**



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Realizar os serviços para a manutenção e reparação de estruturas e superestruturas de máquinas e viaturas, afetas à Frota do município do Funchal.
- b) As peças, acessórios e materiais a aplicar, terão que ser certificados por normas portuguesas e/ou europeia;
- c) O adjudicatário para efetuar os trabalhos inerentes à prestação dos serviços, deverá garantir todos os meios técnicos para a resolução de todo o tipo de reparações, nomeadamente, entre outros, corte de chapa, furação, quinagem, cravamento hidráulico, decapagem, metalização a quente (mínimo de 60 microns de espessura) e estufa de pintura.
- d) A segurança das viaturas e equipamentos, bem como todos e quaisquer danos que venham a ser detetados depois da entrega destes nas instalações do adjudicatário, serão da sua responsabilidade.
- e) Efetuada a prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiros por ela designados, sempre que o entenda necessário procede à inspeção quantitativa e qualitativa das reparações, no sentido de verificar a sua conformidade e proceder à sua aceitação.
- f) Obrigação de comunicar à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços definida neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- g) Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.

h) a título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

**Cláusula 5.ª**

**Forma de prestação do serviço**

1- O cocontratante obriga-se a garantir que os serviços a desenvolver, no âmbito das suas obrigações, contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

2- Os serviços para manutenção e reparação de estruturas e superestruturas de máquinas e viaturas, serão prestados na oficina do cocontratante, salvo a exceção definida no número seguinte.

3- Por iniciativa da entidade adjudicante e com o acordo do adjudicatário a prestação do serviço poderá ser realizada nas instalações oficiais do Município do Funchal.

4- As máquinas e viaturas só podem ser recebidos pelo cocontratante quando devidamente acompanhados do respetivo pedido de reparação, devendo o Município do Funchal ser informado, via correio eletrónico, da entrada em oficina da viatura. A receção da viatura ou equipamento só pode acontecer em data acordada entre as partes.

5- A reparação só poderá ser iniciada após orçamento, prazo de início e conclusão de cada um dos trabalhos ser validado pelo Município do Funchal.

6- O cocontratante deverá guardar as peças substituídas nas manutenções/ reparações por um período de 5 dias a partir da data de comunicação de



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

levantamento das viaturas, podendo a entidade adjudicante solicitar que estas lhes sejam devolvidas.

7- Poderá o cocontratante, previamente autorizado pelo Município do Funchal, conduzir os veículos na via pública, observando e respeitando as regras de trânsito e demais legislações rodoviárias em vigor, sendo da responsabilidade do cocontratante qualquer transgressão ou infração cometida, para além das consequências da aplicação de outras medidas que lhe possam a vir ser imputadas, após avaliação da situação pelo Município do Funchal. Em caso de acidente deve o cocontratante contactar o município.

8- É da responsabilidade do cocontratante cumprir com as prescrições de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho, estabelecidas no Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro.

9- O cocontratante fica ainda obrigado a apresentar ao Município do Funchal, sempre que por este seja solicitado, um relatório com a evolução de todas as intervenções objeto dos serviços.

**Cláusula 6.ª**

**Responsabilidade Civil e Seguros**

1- O cocontratante será responsável civilmente, no âmbito da prestação de serviços em causa, por todos os prejuízos causados por ele próprio, pelo pessoal, por terceiros agindo por sua conta e pelos seus fornecedores, renunciando ao direito de regresso que eventualmente pudessem ter contra a Município do Funchal.

2- A responsabilidade pelas regras de higiene e segurança no exercício ou atividade é do cocontratante, onde também deverá garantir quadros qualificados devidamente assegurados.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

3- O cocontratante obriga-se a efetuar e manter em vigor os seguros relativos a acidentes de trabalho e um seguro de responsabilidade civil referente aos danos causados a terceiros pelo pessoal a seu serviço e pela sua atividade.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Responsabilidade do cocontratante**

O cocontratante é responsável, a título criminal e civil, objetiva e subjetivamente, ou outra, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados ao contraente público ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente execução dos serviços objeto do contrato.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Cumprimento do artigo 419º-A CCP**

O prestador de serviços obriga-se ao cumprimento do disposto no artigo 419º-A do Código dos Contratos Públicos, por força do previsto no artigo 451º do referido Código.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Garantia**

1- Nos termos do artigo 444.º do CCP, é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas.

2- O prazo de garantia é de 3 (três) anos a contar da data da assinatura do auto de receção dos bens objeto do contrato.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Preço Base**



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

1- O preço base é de **€ 92.600,00 (noventa e dois mil, e seiscentos euros)** a que acresce IVA à taxa legal em vigor, não podendo o concorrente apresentar uma proposta de preço superior ao valor base sob pena de exclusão da sua proposta.

2- A fundamentação para a fixação do preço base baseou-se nos preços atualizados do mercado obtidos através de uma consulta preliminar a três entidades, nos termos do Artigo 35.º A e conforme disposto no artigo 47.º, todos do CCP.

**Cláusula 11.ª**

**Preço contratual**

1- Pela prestação de serviços, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, o Município do Funchal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal aplicável.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3- O preço contratual será utilizado conforme as necessidades da entidade do adjudicante, ao longo do presente contrato.

4- A entidade adjudicante reserva-se ao direito de não faturar a totalidade do valor a que se refere o preço contratual, não pagando qualquer indemnização ao cocontratante, propondo faturar pelo menos 50 % do valor do contrato pelo período de vigência do mesmo

**Cláusula 12.ª**

**Condições de pagamento**





MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

1- As quantias devidas pelo Município do Funchal, serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, a qual só pode ser emitida após o vencimento das obrigações respetivas.

2- A fatura deve incluir a indicação do número de compromisso atribuído ao contrato, sob pena de devolução da mesma.

3- Para os efeitos do número um do presente artigo, a obrigação considera-se vencida com o auto de receção dos bens objecto do contrato emitido pelo Município do Funchal sendo necessário a fatura fazer-se acompanhar do auto de receção. O cocontratante pode emitir faturas eletrónicas, nos termos do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor.

4- As faturas a emitir pelo Cocontratante **devem ser enviadas para o Município do Funchal para a plataforma respetiva através da solução ilink Digital Sharing acessível em <https://www.ilink.pt> e com conhecimento do Gestor do Contrato.**

5- As faturas devem cumprir o preceituado no Art.º 36.º do CIVA, e enviadas, o mais breve possível, para o Município do Funchal, através endereço eletrónico descrito no ponto anterior.

6- Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

**Cláusula 13.ª**

**Penalidades contratuais**



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, quer sob a forma de mora, não cumprimento definitivo ou cumprimento defeituoso do contrato, o Município do Funchal pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) pelo incumprimento sob a forma de mora dos prazos da realização da prestação de serviços, na proporção de 5% do preço contratual, nos termos do artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

b) pelo cumprimento defeituoso da prestação de serviços nos exatos termos, requisitos e especificações técnicas fixados no Caderno de Encargos, que não seja eliminado no prazo de 10 dias, no valor de 5% do preço contratual, de acordo com o artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

c) em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato imputável ao prestador de serviços, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.

2- O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.

3- Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.

4- Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5- Para aplicação das sanções pecuniárias, o Município do Funchal deve alertar o prestador de serviços que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

6- No caso de cumprimento defeituoso a entidade adjudicante deve exigir ao prestador de serviços que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.

7- Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios

8- A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

9- O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

**Cláusula 14.ª**

**Força Maior**

1- Na fase de execução do contrato não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 15.º**

**Alterações ao contrato**



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

- 1- Qualquer alteração do contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produz efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
- 2- Quando devidamente fundamentado, o contrato pode ser modificado por:
  - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;
  - c) Razões de interesse público.
- 3- O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:
  - a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
  - b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.
- 4- A alteração do contrato não pode conduzir à modificação das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato ou aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.
- 5- Salvo quando a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo o justifiquem, a modificação só é permitida quando seja objetivamente demonstrável que a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação.

**Cláusula 16.ª**

**Resolução por parte do contraente público**

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, previsto na lei, o Município, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem,



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

designadamente no caso de atraso, total ou parcial, na entrega de bens objeto do contrato superior a 10 dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo

2- Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao prestador de serviços, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

3- O direito de resolução referida nos números anteriores, exerce-se nos termos conforme descrito no Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 17.ª**

**Resolução por parte do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a 10 dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se nos termos e conforme descrito no Código dos Contratos Públicos.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 18.ª**

**Subcontratação, cessão de créditos e da posição contratual**



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

A subcontratação e a cessão da posição contratual pela Adjudicatária, estão dependentes de autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante**

Em caso de incumprimento pelo cocontratante, das suas obrigações, estando reunidos os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual, que venha ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial do referido procedimento, nos termos do previsto no artigo 318º-A do CCP.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais**

- 1- O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
- 2- Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
- 3- A adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

4- No caso em que a adjudicatária seja autorizada pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5- A adjudicatária obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (doravante designada por LPDP) e nas demais legislações aplicáveis, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a adjudicatária celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6- A adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislações aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

a) utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;

b) observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

c) manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;

d) cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

e) pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso





MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

f) assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7- A adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8- Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a adjudicatária e o referido colaborador.

9- A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

10- A entidade adjudicante compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

**Cláusula 21.º**

**Gestor do Contrato**

Nos termos do artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é **o Eng.º Nelson Andrade** com o email institucional **nelson.andrade@funchal.pt**, telemóvel 962 935 830, Telefone fixo: 29121 1000 (ext: 5066).



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Divisão Gestão de Frota

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro

#### **Cláusula 25.ª**

##### **Legislação aplicável**

A prestação do serviço é regulada pela legislação Portuguesa, em especial pelo Código dos Contratos Públicos.